

revista

Balço Brasileiro do Agronegócio 2022/2023

AgroBrasil

Brazilian Agribusiness Balance 2022/2023

Nova safra, novo recorde

O Brasil acaba de registrar, no ciclo 2021/22, a maior safra de grãos de sua história, aquecendo a economia em todas as regiões nacionais. E agora já retira das plantações aquela que será mais uma colheita recorde, devendo superar a 300 milhões de toneladas. São alimentos e matérias-primas para a sua população e para todo o planeta!

New crop, new record

Brazil has just registered, in the 2021/22 cycle, the biggest grain harvest in its history, heating up the economy in all national regions. And now it is harvesting what will be another record harvest from the plantations, expected to exceed 300 million tons. These are food and raw materials for its population and for the entire planet!



EDITORA GAZETA



PONTO DE VISTA

Point of view

LUIZA BRUSCATO

Diretora executiva da Mesa Brasileira de Pecuária Sustentável (GTPS)

UM GRANDE POTENCIAL A EXPLORAR

BRASIL MOSTRA CONDIÇÕES DE ATENDER QUASE METADE DA DEMANDA GLOBAL DE CRÉDITOS DE CARBONO E PRECISA SE ORGANIZAR PARA ISSO, DIZ EXECUTIVA DO SETOR

Uma boa oportunidade se apresenta ao agro brasileiro para fazer render as ações sustentáveis do setor, em termos de captura de carbono que gera créditos. Luiza Bruscato, diretora executiva da Mesa Brasileira de Pecuária Sustentável (GTPS), organismo pioneiro no mundo, cita dados de pesquisa da Câmara de Comércio Internacional (ICC Brasil) com a Consultoria Way Carbon, de que o Brasil tem capacidade para atender até 48,7% da demanda global de créditos neste mercado, com potencial de gerar até US\$ 120 bilhões ao País até 2030. Para tanto, segundo ela, precisará se organizar em termos de clara regulação e inventários individualizados que identifiquem esta conta.

No ano passado, saiu decreto federal (11.075, de 19 de maio de 2022) sobre o mercado de créditos de carbono, traçando algumas diretrizes de como vai funcionar esta transação. Porém, conforme a executiva da GTPS, a iniciativa ainda não consegue viabilizar o início da sua implementação regular, pois depende de outros dois documentos ainda não concluídos: o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (Sinare) e o referente aos Planos Setoriais de Mitigação de Mudanças

Climáticas. Tais questões precisam ser definidas dentro dos Ministérios do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, para regularizar de forma clara o tema, o que poderá levar ainda de três a cinco anos, crê Luiza.

Independente desta regulamentação, existe um mercado voluntário que já está em funcionamento nesta área. No entanto, a executiva observa obstáculos, como valor ainda não tão interessante para os créditos e dificuldade para concretizar os contratos, que são longos, com média de 30 anos, onde se precisa garantir que a ação que vai capturar o carbono e assegurar os créditos (a floresta, por exemplo) não vai ser alterada neste período. “Temos vários exemplos no setor do agro que podem gerar os créditos, mas é preciso estabelecer um *baseline*, um ponto de partida, de quanto determinada fazenda ou área está emitindo gases e quanto está capturando, o diferencial que formará nossa conta de redução”, afirma.

O problema, segundo ela, é que em grande parte não se têm ainda essas informações consolidadas por propriedade ou área, como no caso da Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), uso de biodigestores, melhoria do sistema de gestão, redução de idade de abate – alguns dos modelos positivos em andamento, porém só de forma geral. “Assim, não se vai ter números precisos para acessar a tais créditos, e, por isso, é importante – e um grande desafio – fazer esta lição de casa, realizar estas contas, a partir de metodologias e ferramentas já existentes junto a consultorias e entidades, como a Embrapa, ao lado da definição do que falta para que a questão esteja bem regulada”, assinala a executiva.



Divulgação

Perfil

Bacharel em Ciência & Tecnologia e Engenheira Ambiental e Urbana, graduada pela Universidade Federal do ABC (UFABC), Luiza Bruscato atuou na maior parte de sua carreira com projetos de sustentabilidade, somando 15 anos de experiência no setor público, privado e terceiro setor. Por cinco anos, respondeu por projetos de educação para sustentabilidade na Basf/FEE – Fundação Espaço Eco, atendendo clientes do agronegócio, em especial grandes cooperativas agrícolas. Desde 2017, tem se dedicado à difusão das boas práticas na pecuária. Na Athenagro Consultoria, coordenou três edições do Rally da Pecuária, a última em 2019. Há três anos, assumiu a posição de diretora executiva da GTPS, a Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável, em que atua com as principais lideranças da cadeia produtiva da carne, couro e leite e maiores produtores, empresas de insumos e serviços, indústria, varejos e ONGs na busca por soluções para o desenvolvimento sustentável da pecuária. Também é professora convidada do Instituto Ilog, no MBA de Gestão do Agronegócio.

O assunto na mesa

No GTPS brasileiro, primeiro grupo na área em nível mundial criado há 15 anos, a questão dos créditos de carbono também está na pauta dos debates. Inicialmente, a organização foi denominada de Grupo de Trabalho e, há cerca de dois anos, passou a se posicionar como Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável (*Brazilian Roundtable Sustainable Livestock*), marcando a sua característica principal de mesa-redonda de debate e em conformidade com os grupos que vieram a se constituir em vários países do mundo a partir da experiência brasileira e com esta denominação. Também foi formado grupo mundial, o Global Roundtable, onde inclusive a brasileira Luiza Bruscato assumiu função na Comissão Executiva e pretende fortalecer essa agenda em termos latinoamericanos.

No Grupo de Trabalho de Clima da GTPS no Brasil, a abordagem dos melhores caminhos para uma cadeia produtiva de pecuária de baixa emissão de carbono está na pauta dos debates programados, assim como já se começa a inventariar as fazendas que fazem parte do grupo, buscando parcerias nos custos. A executiva ressalta que a pecuária brasileira tem um dos maiores potenciais para sequestrar carbono, a exemplo do que já se faz na agricultura. Cita relatórios oficiais atestando que as emissões por cabeça já diminuiram por fatores como melhora da taxa de digestibilidade dos animais, com pastagens melhores, e redução da idade de abate.

Aponta ainda a peculiaridade brasileira de poder realizar três produções na mesma área e no mesmo ano, como soja, milho e boi, o que ainda não entra como devia nas contas das emissões e do sequestro de carbono. Por tudo isso, reitera que é preciso reforçar tais vantagens e conquistas, disponibilizar essas informações e melhorias que já vêm acontecendo, para que possam vir a gerar os créditos de carbono. “É um trabalho muito importante dos ministérios envolvidos, junto com o setor e com um trabalho jurídico adequado, que não gere muita complexidade e burocracia para o acesso e que fique interessante para o mercado. É por aí que se vai virar a chave”, conclui Luiza Bruscato.



Agro tem fortes EXEMPLOS NA ÁREA, QUE REQUEREM INVENTÁRIO E REGULACÃO

Point of view

LUIZA BRUSCATO

Managing Director of the Brazilian Roundtable on Sustainable Livestock (GTPS)

A HUGE POTENTIAL TO EXPLORE

BRAZIL HAS THE MEANS TO MEET ALMOST HALF OF THE GLOBAL DEMAND FOR CARBON CREDITS AND HAS TO GET ORGANIZED TOWARD THIS END, SAYS THE CHIEF OFFICER OF THE SECTOR

Brazilian agribusiness has now a good opportunity to implement and take advantage of the sector's sustainable initiatives, in terms of carbon sequestration to generate credits. Luiza Bruscato, managing director of the Brazilian Roundtable on Sustainable Livestock (GTPS), a pioneer organ in the world, cites data from a survey conducted by the International Chamber of Commerce (ICC Brazil) jointly with Way Carbon Consultancy, attesting that Brazil has the means to meet

The subject on the table

At the Brazilian GTPS, first global area group created 15 years ago, the question of the carbon credits is also on the agenda. Initially, the organization was denominated Working Group and, approximately two years ago, it came to be known as Brazilian Roundtable on Sustainable Livestock, marking its main characteristic as debate roundtable and in compliance with the groups that eventually were created in several countries throughout the world, based on the Brazilian experience and with this denomination. A world group was also created, the so-called Global Roundtable, where Luiza Bruscato, from Brazil, took up a mission at the Executive Commission and intends to strengthen this agenda in Latin American terms.

At the GTPS climate working group in Brazil, the approach of the best pathways for a livestock supply chain of low carbon emission is on the agenda of the scheduled debates, just like the beginning of the inventories of the farms that belong to the group, seeking partnerships relative to costs. The executive officer stresses that Brazilian livestock has one of the biggest carbon sequestration potentials, following on the heels of agriculture. She cites official reports attesting that per capita emissions have already suffered reductions due to such factors as enhanced animal digestibility rates, with improved pasturelands, and reduction of slaughter age.

She also points to Brazil's peculiarity of being able to produce three products at the same time and in same area, like soybean, corn and livestock, a fact that is not yet duly considered when it comes to carbon emission and sequestration. For all this, she reiterates that there is need to reinforce such advantages and accomplishments, make available this information and other improvements available that have been implemented, so that they generate the carbon credits. "This is a very important work carried out by the ministries involved, along with the sector and appropriate legal work, one that does not generate complexity or bureaucracy to access it, whilst being appropriate for the market. This is the way to turn the key", Luiza Bruscato concludes.

up to 48.7% of the demand for global credits in this market, with the potential to generate up to US\$ 120 billion to the Country, by 2030. To this end, according to her, the Country needs to get organized in terms of clear regularization and individualized inventories that identify this account.

Last year, a federal decree (11.075, of 19th May 2022) on the market of carbon credits, set forth some directives on how this transaction is supposed to work. However, according to the GTPS board, the initiative has not yet been able to start its regular implementation, as it depends on other two documents not concluded yet: the National System for the Reduction of Greenhouse Gas Emissions (Sinare) and the document on Sectoral Policies for Climate Change Mitigation. These questions have to be defined by the Ministries of the Environment and Economic Development, in order to regularize the theme in a very clear way, which could take from three to five years, Luiza believes.

Regardless of this regularization, there is a voluntary market already in operation in this area. However, the board spots obstacles, such as the not yet attractive value for the credits and difficulty in materializing the contracts, which are very long, lasting for 30 years, on average, where it is necessary to ensure that the initiative that is going to sequester carbon and guarantee the credits (forest, for example) is not going to be altered during this period. "We have several examples in the agro sector that could generate credits, but there is need to set a baseline, a starting point, of how much a specific farm or area releases into the air and how much it is sequestering, the differential that will constitute our reduction account", she affirms.

The problem, according to her, is that, for the most part, we still do not have this consolidated information per farm or per area, as is the case of the Integrated Crop, Livestock, and Forest (ILPF in the Portuguese acronym), the use of biogas, improved administration system, lower slaughter age – some of the models in progress, but only in general form. "Therefore, there is no way for us to get precise numbers to access such credits, and, because of this, it is important – and a big challenge, too – to do this homework, make these calculations, based on methodologies and tools used by consultancies and entities, like Embrapa, side by side with the definition of what is missing to clearly regularize the question", the chief executive officer comments.



Agro has relevant examples IN THE AREA, AND THEY REQUIRE AN INVENTORY AND REGULARIZATION

Profile

Bachelor of Science & Technology and Urban and Environmental Engineering, graduated from the Federal University of Brazilian Buffalo Breeders Association (ABBA). For the most part of her career, Luiza Bruscato was involved with sustainability projects, with a 15-year experience with the public, private and third sectors. For five years, she was responsible for sustainability-oriented educational projects at Basf/FEE – Space Foundation Eco, serving agribusiness clients, especially big agricultural cooperatives. Since 2017, she has been devoted to spreading good livestock practices. At Athenagro Consultancy, she coordinated three editions of the Livestock Rally, the last one in 2019. Three years ago she took over the position of chief executive officer at GTPS, the Brazilian Roundtable on Sustainable Livestock, in which she acts jointly with the main leaderships of the meat, leather and milk supply chains and leading producers, input and service companies, retail and NGOs in search of solutions for sustainable livestock development. She is also a guest teacher at the Ipag Institute, in MBA Agribusiness Management.

RESERVE SUA AGENDA

PRESENCIAL
E ONLINE

07 AGOSTO
2023

**Sheraton WTC
São Paulo Hotel**



www.congressoabag.com.br

